



REQUERIMENTO Número /XI (.ª)

PERGUNTA Número /XI (.ª)

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da
Mesa

Assunto: Salários em atraso na empresa M. D. M. Cozinhas, Lda.^a

Destinatário: Ministério do Trabalho e Solidariedade Social

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A empresa M. D. M. Cozinhas, Lda., com sede na Zona Industrial de Barrô, concelho de Águeda, encontra-se com atraso no pagamento dos salários aos seus trabalhadores. A situação é socialmente grave, dado que alguns destes trabalhadores se encontram com mais de 4 meses de salários em atraso, bem como com vários subsídios em dívida. No total a soma que a empresa tem em dívida para com os trabalhadores pode chegar aos 8 salários.

O atraso no pagamento dos salários levanta, de imediato, problemas sérios no equilíbrio dos orçamentos familiares destes trabalhadores, dados os valores envolvidos. O período de atraso no pagamento, chegando ao valor de 8 salários em atraso, cria situações sociais de emergência que devem ser respondidas com a maior celeridade.

Os trabalhadores encontram-se em protesto, junto às instalações da empresa, para tentar reaver os seus salários. A informação de que há maquinaria ligeira que já terá sido retirada das instalações da empresa reforça a necessidade deste piquete. Aliás, a conduta da administração da empresa fica bem visível quando pressionou alguns dos trabalhadores para assinarem um acordo onde estes abdicavam de todos os seus direitos. O atraso no pagamento levou os trabalhadores a rescindirem o contrato de trabalho com a empresa no passado dia 28 de Janeiro.

A empresa entrou em processo de insolvência no final de 2008 e enveredou por um Processo Extrajudicial de Conciliação (PEC). O plano para a recuperação da empresa está, obviamente, ferido de morte. É necessário em primeiro lugar dar uma solução aos problemas sociais vividos pelos trabalhadores e, por outro lado, avaliar as possibilidades de salvação da empresa e da manutenção dos postos de trabalho.

Contudo, estando esta empresa ao abrigo de um PEC e sendo este expediente objecto de análise

por parte do IAPMEI, importa, também, esclarecer que acompanhamento foi dado à aplicação do PEC.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento da situação existente na empresa M. D. M. Cozinhas, Lda.^a, nomeadamente dos inúmeros salários em atraso?
2. A Autoridade para as Condições no Trabalho deslocou-se à empresa para averiguar a situação dos salários em atraso? Se sim, quais as consequências?
3. Que garantias podem ter os trabalhadores de que não serão retirados bens e maquinaria do interior da empresa?
4. Tem a empresa algumas dívidas junto da Segurança Social? Se sim, que dívidas existem e em que montantes?
5. Quais as medidas que o Governo irá levar a cabo para responder à urgência social destes trabalhadores que têm os seus salários em atraso?
6. Qual o acompanhamento que foi dado à aplicação do PEC na empresa?
7. Quais as medidas que o Governo irá levar a cabo para investigar da responsabilidade da administração da empresa na actual situação?

Palácio de São Bento, 23 de Fevereiro de 2011.

Os Deputados

Pedro Filipe Soares